



**FACULDADE TEOLÓGICA E FILÓSOFICA - RATIO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

PATRÍCIA NOGUEIRA DO VALE

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO X EDUCAÇÃO
URBANA**

FORTALEZA

2016

PATRICIA NOGUEIRA DO VALE

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO X EDUCAÇÃO
URBANA**

Monografia submetida à aprovação da
Coordenação do Curso de Serviço Social
da Faculdade Teológica e Filosófica
Ratio, como requisito para obtenção do
diploma de Bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Prof^a. Ms. Luciana Gomes
Marinho.

**Fortaleza
2016**

PATRÍCIA NOGUEIRA DO VALE

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE EDUCAÇÃO DO CAMPO X EDUCAÇÃO
URBANA**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do diploma de Bacharel em Serviço Social, outorgado pela Faculdade Teológica e Filosófica – Ratio, tendo sido aprovada pela banca examinadora composta pelos professores.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ms. Luciana Gomes Marinho
(Orientadora)

Prof^a. Ms. Lauriene Rodrigues Marreiro Mendonça
(Faculdade Ratio)

Francisco Reginaldo Da Silva
(Especialização Cultura Popular – Arte e Educação do Campo)

Dedico este trabalho a Deus, que nos criou e foi criativo nessa tarefa. Seu fôlego de vida em mim foi meu sustento e me deu coragem para questionar realidades e propor sempre um novo mundo de possibilidades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, que me sustentou até aqui.

Aos meus pais, que me apoiaram nos momentos mais difíceis, e por toda a compreensão.

Aos meus irmãos, pela paciência de ficarem horas e horas acordados junto comigo.

À minha querida e amada prof^a. Ms. Luciana Gomes Marinho, pela sua paciência, ligações, mensagens, correções e incentivos, que tornaram possível a conclusão desta monografia.

À prof^a. Lauriene Rodrigues, por aceitar o convite de participar da minha banca.

À minha querida e amada patroa, Marília Holanda, por me incentivar desde o início do curso e doar todo tempo necessário que fosse preciso para que eu estudasse.

À minha liderança cristã, Marcos e Vanessa, por suas orações e forças nos momentos em que eu mais precisei.

A todas as minhas amigas e amigos, em especial a Carliane, pois compartilhamos muitos momentos, bons e ruins; a Ivânia, Auzenir, Maria, Ianara, Déborah, Germana, Simone, Gislaine, Vladia, Adriano e Paulo Roberto, militante do MST, que me ajudou muito com os conhecimentos que possuía; a Reginaldo, pela sua vida tão preciosa e simples, e por ter sido tão atencioso para comigo (se não fosse por você, não teria feito a pesquisa de campo na cidade de Canindé); a Jeová, uma pessoa sensacional que me ajudou muito também; e a Antônio que, já no final do curso, tive a oportunidade de conhecer.

E a todos aqueles que participaram dessa trajetória, de forma direta ou indireta, o meu muito obrigada!

RESUMO

O presente estudo é um esforço por compreender e analisar as escolas no campo e na cidade, de ensino fundamental e médio, e tem como objetivo esclarecer as possíveis contradições e histórico de onde surgem tais diferenças e desigualdades, sob a ótica dos educadores. O Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) atua como a expressão mais forte dessa dinâmica. É difícil ignorá-lo, pois a educação do campo está em um nível de fortalecimento e resistência cada vez mais visível nessa luta por uma educação digna e de qualidade, sem preconceitos e com igualdade social. Ao final desse percurso, a pesquisa aponta uma relação entre o objeto estudado e o atual momento histórico do ensino fundamental e médio das escolas públicas e da escola do campo. A metodologia abordada é de natureza qualitativa, visando ao direcionamento para o desenvolvimento do estudo, pois é através dela que se torna possível entender e descrever os fatos observados no campo escolar. Pode-se perceber um olhar e, ao mesmo tempo, fazer uma reflexão mais detida sobre o processo de formação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como referência de formação humana. Isso implica compreendê-lo, desde as preocupações específicas da pedagogia, diferenciando a teoria e prática da educação do campo e educação urbana, contribuindo com a educação das novas gerações.

Palavras-Chaves: Escola do campo. Escola Urbana. MST.

ABSTRACT

The present study is an effort to understand and analyze schools in the countryside and in the city, elementary and middle school, and aims to clarify the possible contradictions and history of where such differences and inequalities arise from, from the point of view of educators. The Movement of the Landless Rural Workers (MST) acts as the strongest expression of this dynamic. It is difficult to ignore it, because the education in the field is at a level of strengthening and resistance increasingly visible in this struggle for a dignified and quality education, without prejudice and with social equality. At the end of this course, the research points out a relationship between the object studied and the current historical moment of elementary and secondary education in public schools and the rural school. The methodology is qualitative in nature, aiming at the development of the study, because it is through it that it becomes possible to understand and describe the facts observed in the rural school. One can perceive a look and, at the same time, make a more focused reflection on the process of training of Landless Rural Workers (MST) as a reference of human formation. This implies understanding it, from the specific concerns of pedagogy, differentiating the theory and practice of rural education and urban education, contributing to the education of the new generations.

Keywords: Rural school. Urban School. MST.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE/CEB	Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica
EEEM	Escola Estadual de Ensino Médio
EMAB	Escola Municipal Professora Aldaci Barbosa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MEC	Ministério da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico
UNB	Universidade Pública Federal Brasileira
UNESCO	Organização Das Nações Unidas Para a Educação, Ciência e Cultura
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
1.1	Categorias da pesquisa	13
1.2	Metodologia	18
2	A VIOLÊNCIA COMO A QUESTÃO DA EXPRESSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	21
3	O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA FORA E DENTRO DO ESPAÇO ESCOLAR	25
3.1	A luta pela educação no campo	28
4	ESCOLA DO CAMPO X ESCOLA URBANA: VIVÊNCIAS DIFERENCIADAS NO CAMPO DE PESQUISA	33
4.1	A visão dos educandos	33
4.2	O olhar dos pais sobre os comportamentos dos educandos	35
4.3	O atendimento dos educandos	36
4.4	Entrevistas das escolas EEEM João Nogueira Jucá – Fortaleza e a escola do campo: Patativa do Assaré-Canindé	37
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	60

1 INTRODUÇÃO

A educação é uma dinâmica que faz repensar realidades para fazer acontecer um mundo melhor. Trata-se de um direito ao qual todos deveriam ter acesso e, por um lado, ninguém escapa a ela, seja em casa, na rua, na igreja ou na escola, pois de um modo ou de outro todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender e/ou para ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias se ministra a vida com a educação.

Na afirmação de Romanelli (1991, p. 12), a educação brasileira evoluiu com rupturas marcantes e fáceis de serem observadas. A primeira grande ruptura travou-se com a chegada dos portugueses ao território do novo mundo. Não se pode deixar de reconhecer que os portugueses trouxeram um padrão de educação próprio da Europa, o que não quer dizer que as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação. E convém ressaltar que a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu.

Num programa de entrevista na televisão, o indigenista Orlando Villas Boas contou um fato observado por ele numa aldeia Xavante que retrata bem a característica educacional entre os índios. Orlando observava uma mulher que fazia alguns potes de barro. Assim que a mulher terminava um pote, seu filho, que estava ao lado, pegava o pote pronto e o jogava ao chão quebrando. Imediatamente, ela iniciava outro e, novamente, assim que estava pronto, seu filho repetia o mesmo ato e o jogava no chão. Essa cena se repetiu por sete potes até que Orlando não se conteve e se aproximou da mulher Xavante e perguntou por que ela deixava o menino quebrar o trabalho que ela havia acabado de terminar. No que a mulher índia respondeu “Porque ele quer” (ROMANELLI, 1991, p.16).

Observamos que a educação que se aplicava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional, e podemos ressaltar que, quando os jesuítas chegaram por aqui, eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia, trouxeram também os métodos pedagógicos.

Esse método funcionou absoluto durante 210 anos, de 1549 a 1759, quando uma nova ruptura marcou a História da Educação no Brasil:

À expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal, se existia alguma coisa muito bem estruturada em termos de educação, o que se viu a seguir foi o mais absoluto caos. Tentaram-se as aulas régias, o subsídio literário, mas o caos continuou até que a família Real, fugindo de Napoleão na Europa, resolve transferir o Reino para o Novo Mundo (ROMANELLI, 1991, p. 20).

Na verdade, não se conseguiu implantar um sistema educacional nas terras brasileiras, mas a vinda da Família Real permitiu uma nova ruptura com a situação anterior. Ainda ressalta o autor que, para preparar terreno para sua estadia no Brasil, D. João VI abriu Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante, em termos de mudança, foi a Imprensa Régia. Segundo alguns autores, o Brasil foi finalmente “descoberto”, e a nossa história passou a ter uma complexidade maior.

Por todo Império, incluindo D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II, pouco se fez pela educação brasileira, e muitos reclamavam de sua qualidade ruim. Com a Proclamação da República, tentaram-se várias reformas que pudessem dar uma nova guinada, mas, se observamos bem, a educação brasileira não sofreu um processo de evolução que pudesse ser considerado marcante ou significativo em termos de modelo.

Até os dias de hoje, muito tem se mexido no planejamento educacional, mas a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países do mundo, que é a de manter o status, para aqueles que frequentam os bancos escolares.

Tem um princípio, meio e fim bem demarcado e facilmente observável, e cada página representa um período da educação brasileira cuja divisão foi baseada nos períodos que podem ser considerados como os mais marcantes e os que sofreram as rupturas mais concretas na nossa educação, fatos ocorridos na história do Brasil (ROMANELLE, 1991, p. 35).

Segundo Brandão (2013), em mundos distintos, a educação existe de forma diversa em pequenas sociedades tribais de povos caçadores, agricultores ou pastores, e em sociedades camponesas, em países desenvolvidos e industrializados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil (da educação

básica ao ensino superior). Na História do Brasil, essa é a segunda vez que a educação conta com uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamenta todos os seus níveis. A primeira LDB foi promulgada em 1961 (LDB 4024/61). (EDUCAR PARA APRENDER, 2015).

A educação pode existir e, entre todos, pode ser uma das maneiras que as pessoas criam para a tornar comum, como saber, como ideia e como crença, aquilo que é comunitário como bem, como trabalho ou como vida. Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos.

FREIRE (2014, p. 46), ensina que:

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto o leva à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é homem. A educação tem caráter permanente, não há seres educados e não educados, estamos todos nos educando, existem graus de educação, mas esses não são absolutos.

A educação brasileira é desigualmente distribuída entre indivíduos de diferentes classes, de modo que quem tem mais, em termos de capital econômico, tende a receber mais educação do que os que nada ou pouco possuem, o que renova a desigualdade econômica, ao invés de diminuí-la ou eliminá-la.

A educação vem crescendo muito a nível nacional, e os governos tendem a alargar o sistema educacional do país, de modo a maximizar a democratização das oportunidades. Como ressalta Goncalves (1999, p. 67):

As grandes diferenças individuais de renda no país resultam menos da falta de mobilidade social (o Brasil, nesse sentido, parece satisfatoriamente isento de preconceitos e castas) do que das desigualdades de padrão educacional. A ampliação da rede de ensino fundamental gratuito, o aumento acelerado das vagas nas universidades são fatores que promoverão, a médio prazo, um melhor ajuste entre a oferta e a procura no mercado de trabalho.

Sabemos que a educação se tornou um capital em nossa nação e em nossas cidades, e nos deparamos com um sistema de prisão e de regras, focando o

trabalho e a produção, e não trabalhando o caráter dos educandos e nem criando laços de solidariedade e coletividade, que são essenciais para a vida. Nesta pesquisa, como objetivo geral, veremos qual é a diferença entre o projeto político pedagógico da educação do campo e educação urbana, e também pretendemos, especificamente, analisar como essa educação funciona frente às expressões da questão social, frente às expressões do projeto neoliberal e compreender a visão dos educadores a respeito da educação do campo e educação urbana.

Resta ainda uma questão. O discurso neoliberal insiste no papel estratégico da educação para a preparação da mão-de-obra para o mercado. Mas não se pode esquecer que o neoliberalismo torna-se hegemônico num momento em que a revolução tecnológica impõe o desemprego estrutural. Um dos livros que estudamos no decorrer do semestre foi *Adeus ao trabalho*, que nos faz pensar que, atualmente, o mundo do trabalho é mais excludente que o sistema escolar.

Como relata Ghiraldelli (2001, p. 53):

Em que pese o fato de a escola ser cada vez mais necessária para preparar profissionais para o mercado de trabalho, é preciso perguntar: e quanto aos excluídos do mundo do trabalho, que papel caberá à escola senão o de torna-se uma espécie de babá de futuros desempregados?

Sabemos que uma das tendências da educação e do governo na sociedade contemporânea é o prolongamento do período escolar e, com isso, a escola evita que um contingente razoável de jovens dispute vagas no mercado de trabalho. Hoje observamos uma educação que traz o emprego de fórmulas da comunicação de massas e das novas tecnologias da informática, que provavelmente servirão para adequar a formação da elite à sociedade tecnológica, na qual a elite é composta menos de homens criadores de cultura do que de gestores, administradores, técnicos e especialistas com mentalidade empresarial.

O aspecto central é a adequação da escola e da universidade pública e privada aos mecanismos de mercado, de modo que a escola funcione à semelhança do mercado. Com referência aos pressupostos de uma possível reforma educacional em moldes neoliberais, Costa (2000, p. 25) apresenta algumas críticas, que sintetizo a seguir: o padrão neoliberal é apresentado como panaceia universal e como única

alternativa, o que, por si só, já o fragiliza; em seu bojo, a relação educação/desenvolvimento é retomada dentro do velho padrão funcionalista, num ilógico revisitar à teoria do capital humano num momento em que a integração aos mercados globalizados implica liberalização de mão-de-obra.

1.1 Categorias da pesquisa

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem terra) requer uma compreensão dos processos das lutas pela terra no Estado e, com esse histórico muito largo, abordarei aqui, resumidamente, as principais etapas.

Para Alencar (2005), nesse período, várias foram as formas de lutas para que a espacialização e a territorialização do MST acontecesse no Ceará, através de ações como: das ocupações de terras, dos prédios públicos e das avenidas; das marchas em direção às cidades e da presença dos militantes nos assentamentos federal e estadual dos vários programas de reforma agrária.

Para Fernandes (1996, p. 242), “a fração do território é conquistada na espacialização da luta como resultado do trabalho de formação e organização do Movimento. O território conquistado é triunfo e possibilidade da sua territorialização, na espacialização da luta pela terra”. Ainda para esse autor, o processo de se conquistar mais frações é denominado de territorialização da luta pela terra.

A territorialização da luta pela terra é compreendida como o processo de conquistas de frações do território pelo movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e por outros movimentos sociais [...] assim, a territorialização expressa concretamente o resultado das conquistas da luta e, ao mesmo tempo, apresenta novos desafios a superar (FERNANDES, 1996, p. 241).

Assim sendo, a territorialização camponesa não se resume na apropriação da terra, mas no conjunto de ações desencadeadas para este fim. A territorialização camponesa se dá pela criação e recriação, de forma que possam garantir a continuidade do grupo familiar (ALMEIDA, 2006, p. 343).

O MST, em 2009, encontrava-se presente e com ações em aproximadamente um terço dos municípios cearenses. O Movimento chegou a esse

patamar porque não lutava somente por terra, ou simplesmente por assentamentos rurais, mas porque luta por reforma agrária popular.

Uma das lutas do (MST) é por educação do campo, voltada para a realidade dos camponeses, compreendendo a escola não só como uma mera estrutura, mas também como uma instituição que trabalha a questão social, política, cultural, produtiva e prepara os educadores e educandos para a vida no campo.

As diversidades das lutas pela terra são ampliadas e fortalecidas com a chegada do MST no Ceará em 1989, principalmente pela incorporação de lutas como a ocupação dos latifúndios. Essas ações fazem parte do processo histórico de resistência, de confrontos dos povos do campo e do mar no Ceará (ALENCAR, 2005).

Afirmamos que os conflitos agrários no Ceará sempre existiram, na história da formação social do campesinato cearense. Conforme Martins (1994), desde os anos de 1990 o MST-CE tem se preocupado com a situação da educação nos assentamentos e acampamentos, iniciando com a preocupação para superar o analfabetismo. Por outro lado, os governos brasileiros e estaduais não têm dado a devida importância à política de educação que atenda os anseios dos povos do campo. Pelo contrário, sedimentou as condições precárias das redes de ensino público, a falta de transporte escolar e de escolas, principalmente nos assentamentos de Reforma Agrária¹.

Uma observação mais atenta que nos permite identificar:

[...] então um sentido que é político e, por isso mesmo, fortemente cultural nessa representação que, aos poucos, a sociedade passa a ter sobre o MST, o movimento incomoda não somente porque traz de volta ao cenário político a questão agrária, que é problema secular no Brasil. A impressão é de que seu próprio jeito de ser é o que incomoda mais: suas ações, mas, principalmente, os personagens que entram em cena, e os valores que esses personagens encarnam e expressam em suas ações, sua postura e sua identidade, que podem, aos poucos, espalhar-se e constituir outros sujeitos, sustentar outras lutas [...] (CALDART, 2004, p. 46).

¹ Reforma agrária é a reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de promover a distribuição mais justa das terras. A reforma agrária tem o objetivo de proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, efetuar a distribuição da terra para realização de sua função social.

Vivenciando a realidade das escolas urbanas e do campo, tive oportunidade e alternativa de conhecer a implementação de uma política educacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que tem oferecido uma construção dos projetos políticos pedagógicos da escola de ensino fundamental e médio do campo nos assentamentos de reforma agrária do Ceará.

Caldart (2004) sinaliza que a inclusão das crianças e jovens como sujeitos da organização traz ou reforça alguns traços da identidade que vem sendo construída, e são os próprios traços que permitiram essa inclusão. Reforça a perspectiva de uma organização duradoura e permanente: a luta como projeto de futuro e de vida inteira; o princípio de educação de gerações e o projeto histórico do MST.

Segundo Camargo (2002), os movimentos sociais são manifestações que expressam as condições de estrutura social vigentes, em sua estrutura política e econômica. Dentre eles, está o MST, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que é um movimento de massa que luta, basicamente, por terra, pela reforma agrária e por mudanças na sociedade (Machado, 2002).

O Conselho Nacional de Educação e Câmaras de Educação Básica, declara na resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 que:

Instituto Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo, o presidente da câmara da educação básica, reconhecido o modo próprio de vida social e de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação, e no Parecer CNE/CEB 36/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 12 de março de 2002 resolve: Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas de campo a serem observadas nos projetos da instituições que integram os diversos sistemas de ensino. Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o ensino Fundamental e Médio, a Educação de jovens e adultos, a Especial. Parágrafo único. A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. Art.

5° As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecimento nos artigos 23,26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: social, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia.

A Educação do campo surgiu da necessidade dos movimentos sociais pela terra, necessitando a implantação de uma política educacional voltada para os assentamentos rurais, oriundos da Reforma Agrária. Segundo Fernandes (2006, p. 28), “para compreender a origem deste conceito é necessário salientar que a Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentados da reforma agrária”.

Foi a partir das ideias dos movimentos sociais que nasceu a concepção de Educação do campo, que vai além da reforma agrária, pois o campo é diverso, os assentamentos são uma parte do todo que compõe o campo, e assim também é traduzida para a educação; como aponta Fernandes (2006, p. 28), “A educação na Reforma Agrária é parte da Educação do campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo”.

Somente quando passamos a olhar para o conjunto do movimento, e com a preocupação de enxergá-lo em sua dinâmica história que inclui a escola, é que conseguimos compreender que educação pode ser mais que educação, e que escola pode ser mais do que escola, à medida que sejam considerados os vínculos que constituem sua existência nessa realidade.

Ao longo da história da humanidade, o latifúndio tem sido gerador de miséria para a maioria do povo e de riqueza para a ínfima elite que detém o poder, impõe políticas antipopulares e defende o imobilismo social. Os latifundiários não querem mudanças, porque não admitem perder privilégios a eles concedidos desde que os europeus começaram a explorar o Brasil, não importa que esses privilégios beneficiem uma parcela insignificante de grandes proprietários de terras e prejudiquem o conjunto da nação (CHIAVENATO, 2004).

Podemos perceber e analisar como resultado dessa situação (além da miséria e do atraso social e econômico) que a violência social no Brasil tem origem

na má distribuição de terras, que gera injustiça e multiplica os atos violentos em todos os graus e setores da sociedade.

Falar de educação na cidade é falar da dificuldade de se alcançar a mudança, mas que ela é possível; são vários obstáculos, ideológicos, políticos, financeiros e burocráticos que dificultam essa mudança na educação de nossa cidade. Além disso, não há a desobrigação do Estado com a educação, ao contrário, deve haver um trabalho de cooperação, colaboração, em conjunto entre o Estado, os governos estaduais e os municipais, para que haja uma educação diferenciada e sem restrições.

Segundo os dados da Secretária Municipal da Educação (SME), a história da educação pública de Fortaleza:

Teve seu início na segunda metade da década de 30, do século passado, exatamente em maio de 1937, quando inaugurado pelo então Prefeito da Cidade, Raimundo Alencar Araripe, o Jardim da infância do Parque da Independência, no espaço hoje conhecido como Cidade da Criança/ Parque da liberdade. Era uma pequena escola com finalidade de realizar a alfabetização/educação de crianças. Referida escola, nos anos 1960, passou a ser denominada Escola Infantil Alba Frota, unidade escolar integrante da rede de escolas públicas de Fortaleza.

A partir da criação dessa escola, iniciou-se a construção e a organização de um conjunto de escolas com o objetivo de ofertar à população de Fortaleza um serviço educacional público.

Contudo, sabemos que, na cidade de Fortaleza, podemos observar que há uma grande evasão escolar e Freire, em seu livro *Educação na Cidade*, fala a questão da evasão escolar, explicando que o que realmente há é uma “expulsão escolar”, pois os educandos, quando não são “impedidos” de ingressar nas escolas, devido a vários problemas sociais, não conseguem se manter e, portanto, são “expulsos” delas. Freire, então, compartilha de seu sonho de uma escola pública popular e de qualidade, que atenda às necessidades das classes populares e que diminua as razões dessa “expulsão escolar”.

1.2 Metodologia

Sobre o percurso metodológico e captação de dados para a realização da pesquisa qualitativa, tendo com fonte de pesquisa a exploração de leitura de livros, artigos, jornais, revistas e etc. A metodologia é, senão, uma trilha a ser percorrida, na qual escolhemos os conceitos, as técnicas, ferramentas e estratégias mais adequadas para buscarmos as respostas às nossas indagações (GIL, 2008, *apud* NUMA *et al.*, 2011).

A referida pesquisa é de natureza qualitativa (PROETTI, 2006, p. 136), tendo em vista o direcionamento para o desenvolvimento de estudos que buscam respostas que possibilitem entender, descrever e interpretar fatos; ela permite ao pesquisador manter contato direto e interativo com o objetivo de estudo. A escolha pelo método qualitativo foi ordenada pelo que desejei explorar e conhecer, isto é, pelo objetivo do estudo de violência de crianças e adolescentes, e a história de vida dos alunos, vivências escolares, valores, atitudes e opiniões.

O campo da pesquisa será nas escolas de Ensino Fundamental Prof. Aldaci Barbosa, localizada no Bairro Sapiranga, no Município de Fortaleza, e pretendo através dessa pesquisa fazer um questionário com dois educadores, e a direção da escola, também o universo da pesquisa será duas famílias e seis educandos.

Dando continuidade nas entrevistas em campo com um coordenador, J.C, e um Educador, Ant. M, agora na Escola EEFM João Nogueira Jucá, a entrevista será feita em dois dias no período da manhã; e será usado como instrumento da entrevista o celular (gravador) e algumas anotações; a escola também fica próxima à minha casa, que facilita muito o acesso (meu transporte foi a bicicleta), situada na Cidade de Fortaleza, na Rua José Felix de Lima, no Bairro Sapiranga. A Escola oferece do 9º ano do Ensino Fundamental, ao 1º 2º e 3º Ensino Médio nos turnos manhã, tarde e noite.

“Em 4 de agosto de 1959, com apenas 17 anos, João Nogueira ajudou a salvar pacientes de um incêndio na então Casa de SAÚDE César Cals; sete dias depois, o jovem não resistiu aos ferimentos e morreu. O ato de bravura é lembrado

até hoje pelos familiares, e a unidade hospitalar, a Associação dos Ex-alunos do Colégio São João (onde João estudou) e o corpo de Bombeiros” (JORNAL O POVO on-line, 2014).

A terceira entrevista será na Escola de Educação do Campo Patativa do Assaré, uma escola no Sertão do Ceará, mais precisamente em Canindé, na Comunidade de Santana da Cal, que fica a 25 quilômetros da cidade, onde realizei as entrevista com um educador (J), militante/Coordenador (P.R) e diretor (E). Meu guia da entrevista será um militante do (MST), e fizemos um percurso para a rodoviária pela manhã e de lá partimos para a cidade de Canindé. Ao chegar à cidade, tivemos que nos deslocar de moto uns 25km para chegar no assentamento, na escola; foi uma experiência sensacional e de grandes aventuras esse caminho para a escola.

Portanto, essa pesquisa classifica-se também por explicativa, “pois explica as existências e a ocorrência de fatos e fenômenos pelas suas causalidades; aprofundando o conhecimento do pesquisador”. Utilizaremos também a pesquisa de campo, que caracteriza as investigações em que para além da pesquisa bibliográfica ou documental se coletam dados juntos de pessoas, utilizando diversos tipos de pesquisas (PROETTI, 2006, p. 93).

Para tanto, utilizaremos um roteiro de entrevista que é extremamente útil quando um investigador pretende recolher informações sobre um determinado tema, através das aplicações. Sua importância passa pela facilidade com que interroga um elevado número de pessoas, num espaço de tempo relativamente curto. Esses podem ser de natureza social, econômica, familiar, profissional, relativos às suas opiniões, a atitudes em relação a opções ou a questões humanas e sócias, às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema.

No entanto, a linguagem utilizada na entrevista deve ser simples e direta para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado. Não é recomendado o uso de gírias, a não ser que se faça necessário por necessidade de características de linguagem de grupo (FONSECA, 2002).

E, por último, a pesquisa participativa, segundo PROETTI (2006), é a pesquisa em que o pesquisador está inserido como participante nos dados coletados.

Para análise dos dados, compararemos os sujeitos da pesquisa com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles, ou seja, entre os alunos, com os seus amigos, professores e familiares. Esse procedimento visa à análise dos comportamentos e seus limites, uma vez que pressupomos que os sujeitos podem reagir violentamente ou não a depender da situação.

2 A VIOLÊNCIA COMO A QUESTÃO DA EXPRESSÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Buscar estabelecer conexão entre a história e a violência traz indícios de que sua força é imperiosa e nos mostra, com ruínas do passado, segundo Rolim (2009), que a violência começou desde o Império Romano, época dos grandes imperadores.

Segundo Sposito (2004), no início da década de 1980 é que o tema da violência nas escolas entra em voga no debate público no Brasil. Num momento de grande demanda por segurança, por parte dos moradores das periferias das grandes cidades, é que o fenômeno da violência nas escolas passa a ter visibilidade e, em grande parte, a partir de denúncias feitas sobre as condições precárias dos estabelecimentos escolares nas regiões.

Para Sposito, esse período é marcado pela percepção da violência a partir das depredações das instalações e da invasão do espaço escolar por pessoas sem vínculo com a instituição. Predominava, nessa fase, a ideia de que a escola precisava ser protegida de elementos estranhos, daí a adoção de esquemas de proteção ao patrimônio, como o reforço do policiamento, implementação do serviço de zeladora e na estrutura física, como muros e grades.

Entre os anos 1980 e início dos anos 1990, Sposito (2004) diz que: virtude da intensificação do crime organizado e do tráfico de drogas, do sentimento de insegurança na população em geral, e, paralelamente a isso, a imprensa passa a dar destaque aos casos graves de violência que envolvia a escola, como, por exemplo, os casos de homicídios.

Por consequência, o final dos anos 1990 é marcado pelas iniciativas públicas, algumas em parceria com ONGs e sociedade civil, que visavam à redução da violência. A partir delas, busca-se desenvolver novas concepções sobre segurança, com ênfase no debate sobre a democratização dos estabelecimentos escolares (SPOSITO, 2002).

As práticas de vandalismo continuam a ocorrer; no entanto, passam a ser registradas também agressões interpessoais entre alunos, entre as quais as

agressões verbais, e as ameaças aparecem mais frequentemente, inclusive em cidades de porte médio e não apenas nos grandes centros urbanos.

Segundo Cardia (1997, p. 57):

A violência na escola tem suas raízes, como a pobreza e a privação, se no bairro e na família, a pobreza e a escassez de recursos tornam a violência mais aguda, o mesmo ocorre nas escolas. A violência é ampliada pela falta de recursos materiais e humanos das escolas e por sua deterioração física. A contenção da violência exige intervenções que para serem bem-sucedidas tem que envolver a participação das famílias em situação de risco, das entidades da comunidade e das escolas. A escola é parte do problema e parte da solução. Tem-se aqui um círculo vicioso perverso: as violências domésticas e do meio ambiente aumentam a probabilidade de fracasso escolar e de delinquência – a delinquência aumenta a violência na escola e as chances de fracasso escolar e ambas reduzem o vínculo entre os jovens e a escola.

Ressaltando as falas de ambos os autores, podemos observar que as escolas brasileiras estão sendo cada vez mais banalizadas e sem nenhuma qualidade de educação e segurança, não generalizando todas, mas a maioria das escolas em nosso país vive esse modelo, e isso reflete tanto para os alunos como para professores e comunidade na qual se inserem.

A violência nos centros urbanos é um problema que vem atingindo, nos últimos anos, os moradores das cidades de grande e médio porte do Brasil e, em certas ocasiões, até mesmos os lugares menores (interior) que muitas vezes são considerados verdadeiros paraísos para se viver, criar os filhos sem nenhum temor e ter uma vida mais tranquila; podemos perceber que nem mesmo o interior do Ceará tem se livrado dessa onda de violência que está ao redor de todos, são assaltos em semáforos, farmácias, mercadinhos, bancos, hotéis, etc. (LUCENA, 2005, p.20). Parece que nenhum lugar mais é seguro, os marginais estão à solta, agindo ao seu bel prazer e as autoridades, muitas vezes, parecem letárgicas, face à dinâmica da criminalidade.

Para Gaudencio (2005, p. 108):

É que a má distribuição de renda, a 'explosão' dos grandes centros, problemas como a seca, exemplo do que ocorre no Ceará – dentre outros, colaboram para que essa escalada da violência mantenha um crescimento constante. Mas é preciso que as autoridades, e a própria sociedade, unam

esforços no sentido de se melhorar, de uma maneira geral, a qualidade de vida das pessoas.

Grande parte dos jovens que ingressam na marginalidade poderia ser recuperada, caso lhes fosse dada uma oportunidade, se houvesse mais programas de habilidades educacionais para que esses jovens ocupassem seu tempo, muitas vezes as pessoas pensam que não há solução, mas não se deve perder a esperança de que dias melhores hão de vir.

O Brasil é um país de extensão continental e, por isso mesmo, existem tantos problemas a serem solucionados. Se houver um esforço conjunto, no qual os governantes e a sociedade como um todo se mobilizem com um objetivo comum, certamente as dificuldades serão superadas (ROLIM, 2009).

Seria possível afirmar que a educação é um escudo contra os homicídios, pois com crianças e jovens dentro da escola, esses índices de violência não seriam tão alarmantes, e se todos os alunos absenteístas voltassem para uma cultura social de educação privilegiada esse quadro seria outro (ROLIM, 2009).

Refletir no sentido de propor alternativas ao papel da escola na produção do abandono tornou-se prioritário, não no sentido de culpabilizar a escola, mas de perceber como ela vem contribuindo na produção de situações de rupturas com crianças e adolescentes em idade escolar, e que não raro podem levar ao abandono.

Números exatos e histórias de como se deu o início da grande onda de violência na cidade de Fortaleza não temos, mas pelas estatísticas e pesquisas, observo que cidades com maior injustiça na oferta habitacional e serviços básicos registram aumento expressivo no número de homicídios.

A mídia ressalta, ainda, que os assassinatos se distribuem de forma desigual nas regiões metropolitanas, os moradores de áreas mais ricas são vítimas do maior número de roubo e furtos, enquanto os crimes contra a vida atingem em maior número a população pobre.

Observa-se que o sentimento de insegurança agrava-se a cada dia frente ao cotidiano dos moradores da cidade, marcados pelas 'surpresas' que colocam a população em situação de risco, atualmente nos bairros da grande Fortaleza faz-se

necessário, ao sair de casa, traçar caminhos e escolher horários de mais 'segurança'. Com tudo isso acompanhamos todos os dias histórias de violência ou vandalismo que cercam a cidade, as manifestações violentas por meios de jornais, revistas, noticiários e fotos de imagens refletindo a periculosidade que ameaça e abate cada vez mais a população.

Virginia de Queiroz (2011, p. 128) relata que:

A mídia é um instrumento primordial de veiculação das cenas mais dramáticas da violência. Os meios de comunicação não economizam esforços para causar a perplexidade e o impacto emocional, a partir de conteúdos que transformam eventos singulares em imagens massificadas.

Essa violência vem atingindo as escolas e comprometendo o futuro do infante-juvenil, e algumas escolas estão em estado alarmante e precárias para o uso da educação, o que também é uma forma de violência, pois as autoridades não trazem um olhar de edificação ou proteção de seus sujeitos.

3 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: UMA HISTÓRIA DE LUTA E RESISTÊNCIA FORA E DENTRO DO ESPAÇO ESCOLA

No presente capítulo, analisaremos o percurso histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, contextualizando com o espaço educacional. Conforme Brasil (2016),

Uma das primeiras demonstrações de força, por parte dos sem terra ocorreu em 25 de julho de 1981, em um ato público com mais de quinze mil pessoas, noticiado pela imprensa do Porto Alegre com a maior manifestação realizada por trabalhadores rurais na história do Rio Grande do Sul.

Em todo o país, novos focos de resistência à ditadura das armas e das terras surgiram: posseiros, arrendatários, assalariados, meeiros, atingidos por barragens. As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de construção do autoritarismo. Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se encontraram no I Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país (BRASIL, 2016).

O Movimento teve a clareza política de que era necessário ser uma organização autônoma de partidos e governos. O congresso de 1985 é um marco histórico do MST. Damos uma nova característica da luta pela terra.

Saímos de lá convictos de que teríamos que partir para as ocupações, e construímos o lema 'Terra para quem nela trabalha' e 'Ocupação é a única Solução'. Em maio do mesmo ano, em menos de três dias mobilizamos mais de 2500 famílias em Santa Catarina, em 12 ocupações. Em outubro, o Rio Grande do Sul ocupou a fazenda Anoni. Todos os estados começaram a fazer ocupações (BRASIL, 2016, p. 32).

Nesse período, várias foram as formas de lutas para que a espacialização e a territorialização do MST acontecesse no Ceará.

Para Diniz (2009), as ações do MST Ceará ocorreram já no I Encontro Nacional do MST, no período de 24 a 27 de janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná. Para esse encontro do Ceará, foi um ônibus organizado que conduziu, entre outros, as irmãs Tereza e Cleide, as camponesas D. Maria Lima e Elisabeth Teixeira. Embora os camponeses e religiosos do Ceará tenham participado desde o primeiro momento da criação do MST nos estados do Piauí e Alagoas, no ano de 1986, esse hiato político decorreu de um conjunto de fatores, tais como: as lideranças camponesas, sindicalistas e religiosas que resistiram a sair das suas organizações, e somente a partir de 1989 a direção nacional do MST definiu a Região Nordeste como área estratégica para o processo de territorialização nacional do Movimento.

Conforme as análises de Alencar (2005, p. 23), começaram com as ocupações de terras, dos prédios públicos e das avenidas, as marchas em direção às cidades e a presença dos militantes nos assentamentos federal e estadual dos vários programas de reforma agrária. A diversidade das lutas pela terra é ampliada e fortalecida com a chegada do MST no Ceará, em 1989, principalmente pela incorporação de lutas como a ocupação dos latifúndios.

Afirma Diniz (2009) que a primeira ocupação ocorreu com 450 famílias, na propriedade chamada de Fazenda Reunidas São Joaquim S/A – Agricultura e Comércio, abrangendo uma área de 22.992 hectares distribuída por três municípios: Madalena, Quixeramobim e Boa Viagem. Esse imóvel era de propriedade do Sr. Wicar Parente de Paula Pessoa, conhecido como General Wicar, e da esposa Sra. Zilda de Castro Parente Pessoa. A ocupação ocorreu na mata fechada, onde homens e mulheres e crianças chegaram de madrugada. Em sua maioria, os homens eram adultos e casados e, em alguns casos, as famílias foram completas e, em outros, só o homem com um filho ou só uma mulher, deixando filhos com parentes, pois o restante da família ficava para garantir o próprio sustento.

Segundo Feliciano (2006), a decisão de participar de uma ocupação está ligada ao sentimento de medo; “o medo de ficar e/ou de ir. O medo de não dar certo, de ser estigmatizado, de ocorrerem atos de violência, de não estar preparado, e o medo de ficar nas condições em que se encontra” (FELICIANO, 2006, p.15).

O acampamento é um espaço de luta e de resistência, por isso a luta começa com as ocupações dos latifúndios e se expande para a cidade, lugar da negociação. Nesse processo, os acampados desenvolvem várias formas de luta para expor a situação do acampamento na cidade. Como temos visto nas caminhadas, ocupação de prédios de instituições governamentais, de avenidas, bem como o fechamento de rodovias. Essas lutas, segundo lembrou Stedile (1999), tem o objetivo de levar adiante a luta iniciada com a ocupação, no sentido de exigir agilidade nas negociações.

Em análise, Diniz (2009) explica que o ano de 1990 foi de intensas mobilizações e grandes conquistas, quando ocorreram cinco ocupações, tendo sido a primeira na Fazenda Ameixas no Município de Santana do Acaraú, que contou com 400 famílias; as outras conquistas ocorreram nos municípios de Massapé, Canindé, Madalena e Mombaça, que resultou nos assentamentos de Morgado, Jacurutu, Vaca Serrada e Salão, respectivamente.

A primeira foi em 1991, saindo da cidade de Madalena para Fortaleza e ocupando o INCRA, e tinha como principal objetivo reivindicar a extinção do parcelamento dos assentamentos, bem como a posse e uso da terra coletiva.

DINIZ (2009) ensina que a segunda marcha ocorreu em 1992, partindo de Canindé para Fortaleza e resultou na ocupação do INCRA. Os objetivos principais eram uma política de reforma agrária e combater a política de parcelamento do Governo do Presidente Collor de Melo; resultou na destituição do Superintendente do INCRA-CE-DR, Airton Bezerra de Menezes, tendo sido nomeado simbolicamente, e substituído por um dirigente da Coordenação do MST Ceará – Sr. Sérgio Pinto para ocupar o cargo.

Continua Diniz (2009) que a terceira marcha ocorreu em 1994, saiu de Madalena para Fortaleza, resultando na ocupação do INCRA, e em 1995 foi realizada em Fortaleza a primeira Assembleia Estadual dos Sem Terra, com a participação de 800 Sem-Terra; os objetivos eram cadastrá-los e aprovar uma carta aberta com propostas de reforma agrária. O autor relata ainda que foram acionadas várias viaturas policiais, cavalaria, polícia de choque, rabcões e ambulância foram deslocadas para a Avenida Bezerra de Menezes. O aparato policial proibiu a entrada

e a saída de pessoas, inclusive de água e alimentos para os acampados e, na tentativa de furar o bloqueio, vários acampados ficaram feridos em conflito com a polícia.

A referida autora complementa (2009) que, em agosto de 1999, cerca de 300 trabalhadores ocupam o prédio do Banco do Brasil, na cidade de Canindé, para pressionar a liberação de frentes de trabalho; foram expulsos e, em seguida, ocuparam a prefeitura; nesse mesmo ano foi realizado o 2º encontro dos Sem Terrinhas do Estado: as crianças fizeram uma passeata no centro de Fortaleza em direção ao palácio do Governo do Ceará. De 2001 a 2005, ocorreram 19 ocupações de terra, nos municípios de Santa Quitéria, Acaraú, Caucaia, Monsenhor Tabosa, Itapipoca, Quixeramobim, Aracati, Aracoiaba, Canindé, entre outras.

3.1 A Luta pela Educação no Campo

Segue Diniz (2009), em julho de 2006, cerca de 250 militantes do MST ocuparam a Reitoria da Universidade Estadual do Ceará (UECE), localizada no campus do Itaperi; os Sem Terra cobravam a liberação de R\$1,2 milhões para dois projetos de educação que estavam sendo desenvolvidos nos assentamentos, em parceria firmada entre o Movimento, a UECE e o INCRA. Entre os projetos que estavam sendo executados, um era de formação de educadores, desenvolvido em seis municípios: Russas, Itatira, Quixeramobim, Amontada, Crateús e Canindé; o outro projeto era voltado para educação de jovens e adultos de 1º a 4º séries, e abrangia todos os municípios cearenses.

À luz de Diniz (2009), em 2008, os militantes do MST realizaram uma marcha para o Ministério Público Estadual, em Fortaleza, saindo duas colunas: uma do INCRA, com cerca de mil pessoas e outra saindo da UFC, com cerca de 300 jovens. O ato contou com a participação de diversos movimentos sociais, que demonstraram solidariedade ao Movimento diante da criminalização que vem imposta pelos meios de comunicação e pelo Poder Judiciário.

O MST se encontra presente e com ações em aproximadamente um terço dos municípios cearenses. O Movimento chegou a esse patamar porque não luta

somente por terra, ou simplesmente por assentamentos rurais, mas porque luta por reforma agrária popular. Uma dessas lutas é por uma educação do campo, que está voltada para a realidade do camponês, compreendendo a escola não só como uma mera estrutura, mas também como uma instituição que trabalha a questão social, política, cultural, produtiva e prepara os educadores e educandos para a vida no campo. Uma estratégia educacional que funciona e que é diferenciada no combate a violência, segundo CALDART (2004, p. 222):

O processo educativo, constituindo-se como um movimento sociocultural, cujo centro motriz está no processo de formação do sujeito Sem Terra, que também se produz como um sujeito cultural, à medida que suas ações e sua forma de atuação na sociedade produzem e reproduzem um determinado modo de vida que ao mesmo tempo recupera, consolida e projeta valores, princípios e também um determinado jeito de conceber as relações sociais.

O marco operacional dos projetos políticos pedagógicos que abordarei também lá na frente, nas escolas em referência, trazem elementos que indicam as estratégias propostas para dar concretude ao currículo das escolas de ensino médio do campo, a partir dos demais elementos dos projetos, expressos nos marcos referencial, situacional e conceitual. São: O inventário da realidade e o vínculo do currículo a vida, a partir das matrizes do trabalho, da cultura, das lutas sociais e da organização coletiva; Diversificação de tempos e espaços educativos para uma formação multidimensional; O campo experimental da agricultura camponesa e da reforma agrária e o vínculo com o trabalho; A inserção de componentes curriculares integradores na parte diversificada, organizando pedagogicamente a pesquisa, o trabalho e a intervenção sociais; A flexibilização do tempo escolar, com ampliação da carga horária e organização curricular semestral; A organização coletiva do trabalho docente por áreas do conhecimento; A gestão coletiva, promotora da organização e da participação (SILVA, 2013).

A ocupação da escola foi identificada como uma dessas vivências educativas, fala Caldart (2004), e o setor de Educação do MST tem centralidade de atuação na escola, e a referência construída na sociedade em relação a esse campo também está centrada nela.

A trajetória da questão de uma educação diferenciada, para Caldart (2004, p. 224), é: “as famílias sem-terra mobilizaram-se pelo direito à escola e pela possibilidade de uma escola que fizesse diferença ou tivesse realmente um sentido em sua vida presente e futura (preocupação com os filhos)”.

Segundo o MST, como organização social de massas, decidiu-se pressionado pela mobilização das famílias e das professoras, tomar para si ou assumir a tarefa de organizar e articular por dentro de sua organicidade essa mobilização, produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas e formar educadoras e educadores capazes de trabalhar nessa perspectiva (CALDART, 2004, p. 225).

E o terceiro ponto desse processo educacional é que o MST incorpora a escola em sua dinâmica, e isso em dois sentidos combinados: a escola passou a fazer parte do cotidiano e das preocupações das famílias sem-terra, com maior ou menor intensidade, com significados diversos, dependendo da própria trajetória de cada grupo, mas, inegavelmente, já consolidada como sua marca cultural: acampamento e assentamento dos sem-terra do MST têm que ter escola e, de preferência, que não seja uma escola qualquer, e a escola passou a ser vista como uma questão também política, quer dizer, como parte da estratégia de luta pela reforma Agrária, vinculada às preocupações gerais do Movimento, com a formação de seus sujeitos (CALDART, 2004, p. 226).

A autora mencionada (2004) também traz uma centralidade da cultura muito importante em dizer que a procura dos estreitos vínculos entre movimento social, MST, cultura e educação trazem de volta para o olhar pedagógico dimensões perdidas, porém constituintes do pensamento educacional. Esse privilégio da cultura como eixo da formação humana repõe questões com as quais se deparam os educadores(as) no seu dia-a-dia: a relação entre cultura e produção e apreensão do conhecimento; entre cultura, identidade e memória coletiva; entre cultura, projeto social e trajetória histórica.

A respectiva visão de Caldart (2004, p. 13) sobre a educação popular e o pensamento de Paulo Freire nasceu colada à terra e foi cultivada em contato estreito

com os camponeses, com suas redes de socialização, de reinvenção da vida e da cultura.

Fala Caldart (2004, p. 14) que nasceram percebendo que o povo do campo tem também seu saber, seus mestres e sua sabedoria. Neste contato estreito, a teoria e a ação educativas colocaram questões básicas nas décadas de 1950 e 1960: Quem educa o povo? Quem guarda sua memória? Quem são seus mestres? Como se transmitem de uma geração a outra os segredos de sua sabedoria? Que redes educativas existem no campo? A autora aborda e complementa que a educação popular tem um eixo tão rico de nossa história, que se articulou em torno destas e outras questões aprendidas no contanto com os subalternos da terra, com a educação de grandes homens do campo, que lutaram e sobreviveram que até os dias de hoje, e guardam em sua memória os grandes heróis, como, por exemplo, Patativa do Assaré.

Tem sido pelos caminhos desse contato com as vivências e o saber popular que novas visões da educação foram aprendidas e incorporadas no pensamento educacional latino-americano e até mundial. A educação não seria o que é nem pensaria o que pensa sem a seiva recebida da terra, dos camponeses e da construção de sua sabedoria e de sua cultura (CALDART, 2004, p.15).

Pensemos apenas na obra de Paulo Freire, pedagogia do Oprimido, tão marcante no pensamento pedagógico mundial. Suas análises sobre a opressão, sobre a consciência oprimida, sobre a autodesvalia e, sobretudo, sobre os processos de constituição de uma consciência de libertação têm como referência, nos diz Paulo, os camponeses que conhecemos em nossa experiência educativa (CALDART, 2004, p.16).

Suas obras fazem referência constante aos camponeses e sua opressão, e sua ênfase na educação como ação cultural para a libertação se alimenta de seus diálogos com os camponeses do Brasil e da América Latina.

Conforme Caldart (2004), a terra teria para ele um potencial pedagógico, os educadores e as educadoras do MST colocam a figura de Paulo Freire como um símbolo em todos os seus encontros, uma identidade e uma continuidade entre a ação educativa do MST e essa história que vem de longe.

Um dos desafios que a autora aborda é olhar para o horizonte e abrir nosso ser educador para compreender as experiências que se colocam na perspectiva de construir alternativa para ser humano, é preciso ficar atento porque eles podem ser as bandeiras de luta que decidiremos empunhar neste novo século, neste novo tempo da história.

Os aprendizados ou elementos que podemos ver são educativos que podem ser identificados nessa vivência, e têm sua matriz formadora, pois, na condição humana proporcionada às pessoas pelo MST. Ao analisar e ver que o MST tem uma história de luta e resistência aos seus adversários, podemos ver as pessoas, especialmente os mais jovens, que estão em busca de um sentido para a sua vida, de um espaço social que lhes tire a angústia da desorientação e da falta de pressentimentos de futuro.

4 ESCOLA DO CAMPO X ESCOLA URBANA: VIVÊNCIAS DIFERENCIADAS NO CAMPO DE PESQUISA

A falta de orientação em desenvolver uma educação de qualidade de respeito para com o educando e de paz dentro das escolas, e a dificuldade da não preparação dos componentes da escola foram percebidas desde o início; (educadores (as), diretores e demais funcionários) interfere na geração de violência, pois teve casos que presenciei que a própria direção agredia os alunos, e, como observadora participante, nas entrevistas, prescrevi as etapas da pesquisa visando proporcionar maior familiaridade tanto com os alunos, quanto com os pais, e no mesmo caminho tive uma oportunidade pela manhã de descrever as etapas da pesquisa, tornando-a mais explícito, descrevendo as características do fenômeno e estabelecendo relações entre as variáveis.

4.1 A visão dos educadores

Percebi que a atitude e o comportamento dos educadores(as) são fatores determinantes do tédio dos educandos, pela escola e do seu desinteresse. As relações educador-educando quase sempre são marcadas pela falta de atenção, foi uma das respostas que obtive durante a entrevista com os educandos, pouca interação, falta de interesse, agressividade e violência de ambas as partes. Isso se deve ao fato dos educadores se manterem distantes do cotidiano dos educandos e restritos à demonstração dos conteúdos e disciplinas que ministram e, ainda mais, pela sensação de insegurança também vivenciada por esses educadores.

Numa das perguntas com um dos educadores, perguntei se a escola estava preparada para encarar, lidar com a violência em geral (física, emocional, bullying, etc.); daí ele me respondeu que não acredita que a escola esteja preparada, para encarar a violência em geral, pois a maioria das estruturas físicas nas escolas não fornece um espaço adequado pra convivência dos educando, assim como também faltam mais profissionais para dar suporte aos alunos, como psicólogos.

Outro educador também falou que é a falta de apoio da prefeitura e falta de profissionais na área.

Segundo os educadores pesquisados, a violência interfere na qualidade de ensino e no projeto pedagógico, daí o porquê desses educadores apontarem alguns atos presenciais, como agressão física e verbal, e alguns deles entram na sala com cigarros. Outra pergunta que fiz aos professores foi: existe interesse pelas atividades escolares? Eles falaram que sim. “(Ant. Fco) As atividades extras e na hora da educação física, nas demais matérias isso é preocupante pois os alunos não fazem as tarefas e não demonstram interesses”.

Esse desinteresse começa desde a infância, pois na escola de ensino médio da cidade, a resposta de outro educador foi a mesma, então isso significa que vem desde pequeno essa cultura de não se esforçarem para as demais atividades ou matérias, precisamos parar para pensar onde que estão falhando as políticas de educação nesse sentido, nesse desinteresse pelos estudos da parte dos adolescentes.

No decorrer da pesquisa, perguntei se a violência urbana tem afetado a frequência dos educandos na sala de aula, daí eles responderam que “(Fca. S) sim, principalmente quando não há o clima de paz na comunidade, há uma grande evasão por parte dos alunos, pois quando há tiroteios no bairro afeta também a escola, e isso tem acontecido diariamente”.

Para tentar solucionar o problema da violência e desenvolver um trabalho educativo, os educadores apresentaram diversas sugestões que a prefeitura deveria abordar ou criar tipos de atendimentos, como: políticas de segurança, atendimentos especializados às famílias desagregadas, atendimento psicológico, assistência social, construção de centros de lazer na comunidade, ampliação dos eventos culturais e esportivos, redução do número de alunos por sala de aula, projetos de conscientização dos educando e dos pais e campanhas de valorização da escola.

A comunidade precisa participar ativamente na escola, para que essa onda de desigualdade social não exista, ou seja minimizada, através de reuniões, cursos, palestras, jogos, debates e outros assuntos relacionados à paz. A escola, por sua vez, deve oferecer projetos coletivos, coisa que eu como pesquisadora no

decorrer da pesquisa, não visualizei e até perguntei para a direção se a escola oferece projetos culturais e de lazer, para estimular as ações sociais, a solidariedade e desenvolver regras de convivência, criando um pacto coletivo de paz. A direção sinalizou que só existem projetos para os alunos, como dança, sendo que nem todos os alunos frequentam, um programa PRONATEC², que prepara os alunos de ensino fundamental para o ensino médio, e forma da vitória que é um reforço para somente os alunos do 6º ano.

4.2 O olhar dos pais sobre os comportamentos dos educandos

Ao entrevistar os pais dos alunos, alguns deles alegaram ser analfabetos, daí fui participante nessa entrevista, fui lendo e eles foram respondendo as perguntas feitas, uma das perguntas foi se o filho tem um comportamento violento dentro de casa, muitos deles responderam que sim, que não sabem a causa de seus filhos serem violentos, e como pesquisadora também fui observadora, observei que eles não quiseram revelar muito detalhes. Uma das mães falou que coloca “regras”, pois ela fala para serem obedientes, mas os filhos não obedecem; duas falaram que não foi “falta de peia” por seus filhos serem assim, pois apanham desde pequenos, uma disse que cria os filhos sozinha por ser separada do esposo, a outra disse que o marido é alcoólatra e bate nela, e nos filhos, quando eu perguntei se eles brigam ou discutem na frente das crianças daí ela deu essa resposta.

É imprescindível que a família acompanhe o trabalho escolar, pois muitas delas não participam do planejamento escolar ou até mesmo das reuniões, outras participam, as que não participam alegam que têm o trabalho e não podem faltar por uma reunião, que o trabalho é mais “importante” de que o comportamento de seus filhos, como anda as notas, como tem sido sua trajetória na escola. Os pais devem estimular a vida escolar dos filhos, participar e conscientizá-los da importância da escola, dos educadores e da educação como um todo. Por outro lado, é inútil querer transferir para a escola a parte que cabe à família, na educação.

² Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores.

A escola que recebe educandos oriundos das camadas sociais pobres, que enfrentam sérias dificuldades para sobreviver, cujos pais não participam da vida escolar, no geral, estimula que os educandos faltem muito, sejam revoltados, apáticos, desinteressados, carentes e com sérias defasagens de aprendizado.

4.3 O entendimento dos educandos

As entrevistas com os educandos foram um pouco apressadas, pois muitos deles queriam brincar ou ir para casa; outros não, outros já sentaram e ouviram o que tínhamos a apresentar e a perguntá-los, e uma das perguntas que fizemos para um deles foi qual é a reação deles quando eles veem um colega de classe brigando, em sala de aula ou na hora do recreio, e um deles respondeu que: “ajudo a parar de brigar, outros falaram que jogam água gelada, ou separam a briga, e outros falaram que se for com seus amigos, eles partem também para cima, para ajudar a brigar”.

Outra pergunta que fizemos foi se eles(a) se sentem seguros na escola. A maioria falou que não, porque há muitas brigas e a maioria das meninas só querem saber de brigar (detalhe: essas brigas são por conta de namorados) e outros disseram que “a escola é pior do que na rua”.

Na hora do intervalo (recreio) percebemos que os adolescentes sempre com brincadeiras se agredem fisicamente como psicologicamente, com empurrões, chutes e palavrões, isso faz com que a escola se insira num contexto violento; observamos também que a direção tem uma “boa comunicação” com os educandos e familiares, isso é muito bom, pois passa para nós pesquisadores que há um laço de “cuidado” e acompanhamentos da parte da escola. Tem partes que essa comunicação não funciona, pois os funcionários falam em um tom alto para com os educandos, isso quando eles não obedecem, daí a voz fala mais alto e isso acaba virando rotina na escola, o aluno se sente constrangido e muitas das vezes envergonhando com tal atitude.

Observamos que os educadores e a direção precisam de mais treinamentos e orientações de como deve ser a abordagem em certas situações

para com os alunos. Na hora do intervalo, analisamos que os educandos levam as mochilas para o recreio, daí perguntei por que eles levavam suas coisas. Eles responderam que se deixarem em sala de aula, os outros colegas roubam os pertences e acabam não encontrando ou não sabem quem pegou. Os educandos se sentem inseguros ao deixar seus materiais dentro da sala de aula quando estão ausentes.

Os resultados dessa pesquisa apontam para a necessidade de resgatar o papel do educador(a) e como revisão de jornada e salário, a necessidade de treinamentos, aperfeiçoamentos, criação de condição para que os docentes se fixem numa única unidade. É urgente que o poder público valorize e apoie esse profissional, alta rotatividade, excesso de faltas, despreparo, desmotivação, descompromisso, insegurança, deficiências, jornadas extenuantes, baixos salários, são os principais pontos levantados na minha pesquisa de campo nessa escola, no que diz respeito aos educadores. Estes reclamam, ainda, que gastam muito tempo com problemas disciplinares, em detrimento do trabalho pedagógico.

Os educadores ressentem-se, ainda, de não terem o seu trabalho valorizado pelos educando e seus pais. Precisam ter um piso salarial digno, uma jornada de trabalho compatível e uma política de formação, capacitação em serviço, que lhes possibilitem acessar os recursos mais diversos para desenvolver seu trabalho, com sucesso.

4.4 Entrevistas das Escolas EEEM João Nogueira Jucá – Fortaleza e a Escola do campo: Patativa do Assaré/Canindé:

O problema da violência no contexto escolar e social, é preocupante, é suportável, ou incontrolável?

(J.C) Aqui na Escola, não vejo muitos atos de violência não, só às vezes há uns sustos, mas não chega a serem atos de agressões não, também por que a gente vê muito a questão da política da gestão como lidar com isso, fazemos um trabalho muito perto a isso aí, um acompanhamento de fato, com projetos sociais, etc.

Existe interesse pelas atividades escolares e esportes da parte dos educandos(as) da escola?

(Ant. M) Das atividades escolares, nas matérias eu vejo que não, é muito mínimo, mas na parte do esporte tem muito interesse e dos projetos que trabalhamos a arte e a questão artística deles tem muito, a respeito de matéria não tem e a gente ver isso como fator social, da família que os pais não passam o dia em casa, os pais não apoiam os alunos nas atividades de não ter um espaço amplo para estudar, nas salas contamos nos dedos aqueles que têm interesse pelos estudos. Em certos alunos não há motivação para estudar e para ter um bom desenvolvimento nas matérias como na escola, mesma colocação da escola de ens. Fundamental [sic].

Quais os princípios que perpassam o projeto político pedagógico da Educação dos jovens do João Nogueira Jucá?

(J.C) O PPP né o Projeto Político Pedagógico é um documento em constante modificação, ele tá há todo momento sendo readequado, em construção, a gente entende que a Escola é um lugar de inclusão, então a gente parte da sociedade, perceber as necessidades e a partir daí desenvolve um trabalho, o PPP vem para melhorar a auto estima dos meninos e fazer com que eles entendam que é possível sair da condição social, que é uma situação em que eles podem transcender, e que a educação é um meio para isso, então a gente sempre tem tratando isso, a gente sabe que a baixa escolaridade dos pais, a condição social da comunidade ela influencia muito na perspectiva de vida que os meninos tem, e o PPP, pra além das metas que a gente estipula, que são metas ambiciosas, que a gente quer que todos os alunos do 3º ano entrem na Universidade a gente sabe que isso é um processo, mais a gente compreende que eles entendam de vislumbrar e que eles são capazes sim de entrar em uma universidade, ele é capaz sim de modificar sua realidade, então o PPP da escola ele se pauta né nessa perspectiva de mudanças de colocar os alunos como sujeitos da escola [sic].

Na escola existem projetos que envolva, os educadores, comunidade e família? Quais são? Qual a sua avaliação sobre a participação dos atores no processo? Você avalia que essas atividades contribuem de alguma forma para o crescimento no aprendizado desses educandos?

(J.C) A gente tem projetos aqui na escola, que a família é o ideal aqui na escola, a escola é de tempo integral só os 1ºanos, então com isso temos a família dentro da escola que achamos extremamente importante, sem a parceria das famílias nós não temos sucesso. Projeto mesmo que a gente traga os pais ou que envolva os pais a gente não tem direto, mais os pais estão sempre nas reuniões, matemos contato quando acontecer algo, mais

temos um projeto da SEDUC que o prof., e o diretor tem um acompanhamento que ver como o aluno(a) se encontra como esta as frequências e desenvolvimento do aluno, mais envolve a comunidade [sic].

Qual a diferença entre as escolas tradicionais e as escolas do campo?

Quais as principais atividades da escola? No caso a tradicional?

(Ant. M) Vale a gente pontuar que as escolas de assentamentos onde há um movimento social mais permanente, onde se constitui um elemento diferente do nosso, o aluno da escola rural ele é um aluno que vive a experiência do campo, então, eles vivem e compartilham seus conhecimentos. Na Cidade a escola tem uma demanda maior, um público amplo, um campo de interesse maior, nesse ponto a escola do campo ela é um pouco mais homogênea que a escola da cidade, eu acho que o currículo da escola do campo ele é mais rico do que nosso currículo, pois a gente ainda não conseguimos trazer elementos que possa constituir na base curricular. A escola tem dificuldades, momentos de crise econômica, os repasses de recursos têm diminuído e a gente tem uma grande dificuldade nesse sentido de projetos, mais a gente tem tentado superar com essas faltas é preciso que haja uma contrapartida maior do Estado, eu acho que se a gente tivesse mais recursos dava para aprimorar e aperfeiçoar a escola. Temos alguns projetos, que a escola aborda, as semanas culturais, a consciência negra, os reforços nas matérias de matemática e português, isso para que haja uma dinâmica por parte da escola para com os alunos [sic].

O vínculo da Educação Escolar com a formação humana, formação política e de lideranças estão presentes nos espaços escolares?

(Ant. M) A gente ver que isso está bem presente, temos trabalhado em conjunto com eles, com a demanda do eles estão vivenciando no momento, nós preparamos os alunos para a realidade e para um futuro possível, fora da Escola [sic].

Quais os elementos que a Escola juntamente com o Estado oferece para uma não violência para uma educação de qualidade?

(J.C) O Estado tem um projeto da cultura de paz, sendo que esse projeto não se deu posso dizer retornos, pois muitos alunos desistiram e acabamos que tiramos da Escola, uma adesão da parte dos meninos, a gente já teve não temos mais, agora quando há alguns conflitos nós tentamos resolver, na medida do possível e os orientamos os alunos(as) sobre a cultura de paz [sic].

Existe tempo escolar, no qual os Educadores ficam e desenvolvem atividades? E a participação dos Educandos e famílias na gestão da Escola?

(J.C) Na verdade os projetos que tem sucesso são os projetos que a comunidade compra, a gente lança o projeto e a aceitação dos alunos faz com que esses projetos fiquem permanentes, quando eles ficam permanentes, aí você tem um encontro da família e da comunidade em forma geral [sic].

No decorrer das pesquisas que fizemos e das entrevistas, pudemos analisar e perceber que de fato há uma grande diferença da Escola no Campo que logo mais estaremos abordando, e das Escolas urbanas na Cidade, começando primeiramente pelas estruturas e valores que são atos primordiais e perceptíveis que, ao analisar, pudemos perceber tanta diferença, na escola da prefeitura como na escola de ensino médio do governo, todas têm o mesmo viés e o ensino de abordagem são os mesmos, não há elementos permanentes que envolva o crescimento do educando quanto para suas famílias. A educação urbana se apresenta dentro dos interesses capitalistas e do agronegócio, e podemos perceber, de acordo com as respostas, que a educação é concebida num pacote urbano, tudo oriundo da cidade, menosprezando os saberes dos povos da terra, fragmentando o ensino e dicotomizando o campo e a cidade numa ação antidialógica. Seguem abaixo fotos das escolas urbanas, um quadro lamentável e mostrando a que ponto a educação brasileira se encontra.



Figura 1 - Quadra da escola EEFM João Nogueira Jucá



Figura 2 - Laboratório de informática



Figura 3 - Biblioteca da Escola



Figura 4 - Corredor da Escola

Perguntei qual era o objetivo do setor de educação do MST, quantos profissionais estavam envolvidos neste setor e se eles são remunerados.

(J-EDUCADOR) "O MST é uma organização social de trabalhadores (as) do campo, que tem sua gênese a luta pela terra, e ao conquistar a terra, desde o Rio Grande do Sul(a primeira ocupação de terra), se percebe uma grande necessidade da Educação, o MST percebe com isso a luta pela terra, a conquista da terra só em si, não basta, que os seres humanos tem outros

direitos, outras ausências e necessidades que precisam ser supridas, e daí vem a Educação, de Educação de jovens e adulto logo após a educação infantil, os Militantes do setor de educação são pessoas que se dedicam a organização como todo e que faz parte engrossando as fileiras da educação. O MST como movimento social não tem remuneração, temos ajuda de custo, que garante o básico, que são alguns projetos que a gente faz, alguma contribuição de amigos, professores universitários, como também de projetos do MST, pois o MST tem projetos com a UNESCO, Secretaria de Educação do Estado, MEC, algumas universidades Federais e Estaduais, esses projetos liberam a militância que faz esse trabalho cumprindo com as responsabilidades de ambas as partes, tanto das universidades como alguns convênios do MST, e este cumpre o seu papel, sendo que a militância que faz no dia-a-dia, aí está a militância do setor de educação, assim também como nos outros setores. Ele ressaltou ainda que assume outros papéis como, além de ser militante no setor de educação e também educador na escola de Canindé [sic].

A mesma pergunta agora sendo feita para (PR- Militante do Setor de Educação] o funcionário que ajuda a coordenar as ações do movimento no campo da Educação.

O setor de educação começa a partir das necessidades de organizar a luta, vinculada a luta pela terra, assim como outras áreas, na medicina, na engenharia, que surge ele vai também fazer uma crítica a educação instituída e vai elaborando para uma proposta específica. Temos um trabalho com as crianças que é chamado de Ciranda infantil (creche) é voltado para as crianças do movimento elas ficam durante o dia, quando há encontros estadual do movimento, que envolve média de 500 à 1000 pessoas, as famílias vem, a gente organiza o espaço e tem um grupo de pessoas que ficam com a tarefa durante o encontro para cuidar propriamente das crianças e cuidar como uma proposta educativa para garantir que as crianças participam do encontro com uma atividade educativa adequada, então uma das atividades do setor de educação é organizar as cirandas infantis, prever as atividades que precisam, articular educadores, organizar espaços, elaborar propostas e realizar atividades de formação com os educadores(as) da ciranda infantil. Temos ainda uma grande presença de analfabetos nos assentamentos, então o movimento tem atividades de jovens e adultos, geralmente são feitas e realizadas através de projetos e parcerias com o secretaria de educação e com universidades. Nós fazemos um acompanhamento pedagógico dessas escolas públicas estaduais de assentamento, processo de elaboração dos projetos pedagógicos, formação de educadores, temos todo ano uma semana pedagógica que reúne todas as escolas de ensino médio, e alguns do ensino fundamental, o setor de educação planeja isso, vai atrás de recursos para garantir as condições para executar, são essas atividades do setor, dos militantes. O trabalho à princípio é um trabalho voluntário, dependendo das condições o estado dar uma ajuda de custo ou algum tipo de contratação do Estado para você executar a atividade [sic].

Esse período, PR relatou que iam para as visitas das escolas por conta do movimento, só recebiam do estado a garantia da semana pedagógica, agora faz

uns três meses que conseguiram do Estado uma bolsa técnica, hoje são três pessoas no setor de educação que recebem essa bolsa. Do setor de educação que são do movimento, nas regiões do Estado que chamam de brigadas, e cada brigada tem uma coordenação local do movimento com pessoas responsável com a tarefa da Educação. Há pelo menos uma pessoa em cada brigada, são 18 brigadas na atividade de campo, e tem as pessoas das escolas que se envolvem mais ou menos nas atividades.

Nas falas dos militantes, podemos perceber que entre eles há um espírito de fervor pela luta, por mudanças, por resistência e compromisso, isso que faz o movimento ser forte.

Como acontece a distribuição dos educadores nos assentamentos? Existe rotatividade dos profissionais nos assentamentos/territórios? Existe um período para cada educador permanecer em cada território/assentamento? Você ministra alguma disciplina? Qual?

(J) O MST, tem um trabalho muito importante com a educação, a gente criou até uma campanha do movimento que é todo e toda sem terra estudando, todo mundo da nossa base precisa estudar, por que, nós principalmente do campo fomos negado o direito da escola o direito de estudar, porque a gente diz até hoje em dia, no campo tem até um ditado popular que dizia: “menino tu não estuda muito porque tu fica doido” a gente veio até pensar , porque essa frase só é dita para os filhos dos pobre? Se estudasse ficava doido? E o filho do patrão, se estudasse ficava DR, o filho do engenheiro se estudava ficava agrônomo, a gente veio entender depois que: a grande tensão dos que sempre dominaram é sempre por dominar mais, e quem consegue estudar, clarear a mente, consegue questionar, consegue perguntar, e a gente sempre diz: o sistema que esta aí imperialista quem pergunta e quem questiona é perigoso, então entendendo isso o desafio de trabalhar a educação nos assentamentos é muito grande, é um trabalho com muita disputa, tem a hegemonia do governo Municipal, hegemonia do Governo Estadual que implanta ai sua grade, realmente grade curricular, não é a toa o nome grade, que se tem hoje e que se fala nas escolas, é por que realmente é uma grade, por que diz ao educador que ele não pode fazer outra coisa se não for da secretarias, então a gente quebra com isso, quebra com esse nome e passa a ser Matriz curricular em vez de ser as grades, nós chamamos de Matriz curricular. Os educadores da escola, nós já estamos no MST do Estado do Ceará com sete escolas de ensino médio em funcionamento e as quatro primeiras já tem mais de cinco anos e agora as duas recentemente que fazem ano agora em janeiro, pois agora estamos com o desafio de construir uma educação do campo efetivamente, mais essa construção a gente sempre diz: ela se dar no dia-a-dia, é uma coisa nova é um desafio para o MST, para o setor de educação e este para os educadores que lá estão, uma vez que os educadores que estão na base, estão no dia-a-dia da sala de aula, no chão da escola boa

parte desses não participa da base orgânica do MST, então nós primamos muito por formação, então cada bimestre há formação com todos os educadores, sejam esses por escolas, sejam esses por polos, aí nós juntamos duas ou três escolas, então a gente trabalha junto com os educadores é as formações e os demais as permanências deste nas escolas segue o rito normal de todos os educadores [sic].

Comtemplo nessas falas do R. que ele é apaixonado pelo que faz, pelo seu trabalho junto do movimento, e assim ele traz uma resposta segura, um tom de determinação, ele gosta de ajudar o próximo, abrir os olhos do povo, um despertar para a luta e isso faz com que o movimento crie a cada dia mais resistência.

(PR) Com uma estimativa, temos umas 200 a 300 escolas, uns tem o vínculo maior e outros menor com o movimento, uns dos militantes são integral nas escolas que são sustentados pelo movimento, essa distribuição ela varia muito [sic].

Abordo a mesma pergunta para o diretor do MST.

(D) É uma escola do Estado, estatal mais o movimento social está dentro dela trabalhando com o sujeito, organizando e assim, a gente que está na gestão todos nós temos uma ligação com o movimento, nós temos professores formados a gente participa das seleções como qualquer escola participa, mais a gente tem uma ligação com o movimento [sic].

Todos os educadores(as) que entram nas escolas de assentamento têm uma ligação direta com o MST, pois a escola é do governo, mais quem administra e quem dá as ordenanças é o povo de garra e de resistência, MST.

Como surgiu a ideia de implantação das escolas do campo nos assentamentos do MST? Quantas existem no Ceará?

(J) “Hoje existem sete escolas construídas e quatro em construção, de ensino médio. De ensino fundamental temos em média de sessenta a oitenta escolas. Como surgiu a escolas como já falamos, surgiu da necessidade, dos questionamentos dos materiais, didáticos que chegam a nossas escolas e de como essa pedagogia chegava também, então há mais de dez anos que a UNB começou a fazer as conferências Nacional de educação básica do campo, então chamou a sociedade civil para pensar sobre a educação do campo, então partindo disso o MST com os movimentos sociais entendendo que é mais uma bandeira que precisa ser levantada, educação do campo, daí há duas diferenças, Educação do campo e Educação no campo, é essa a escola que tem lá, quando tem, a escola do campo, agora a educação no campo é essa que tem uma ideologia, que pensa no projeto de sociedade, pensa na construção de um novo homem uma nova mulher, e que matrizes essa sociedade está

montada, como questionar, como a gente vai pensar no socialismo, como a gente vai construir uma nova sociedade, que é esse novo homem, essa nova mulher a emancipação humana, que o velho Marx já falava, então surge dessa indignação com o menos que é chegado ao campo, seja em todos os sentidos, na educação, na saúde, na cultura, esse menos que chega ao campo é que nos instigou a gente vê juntamente com a academia, com os copeiros e copeiras que entende tantos direitos negados no campo, essa educação construída pelos trabalhadores e com e para os trabalhadores. Os limites e os avanços da escola do campo é a comunidade assentada, por exemplo, se há algumas coisas que não estão indo muito bem, a comunidade chega em algumas das escolas para chamar a direção da escola os educadores para pensar essas situações que não estão indo de encontro ao objetivo da criação e implementação da escola. Uma coisa muito bonita da presença da comunidade da escola é que diferente das outras escolas criadas, o nome das escolas Estaduais sempre que escolheu foi o político e leva para a Assembleia legislativa para ser aprovado e ele fica com o político que levou o nome, as nossas escolas não, quem escolheu o nome foi a comunidade, então todas as nossas escolas tem um nome que representam a comunidade, pois nossa primeira escola João sem terra, um grande companheiro nosso que é do Espírito Santo mais que veio para o Ceará e que teve toda sua trajetória de vida dedicada a luta pela reforma agrária, ai ele teve os últimos dias de vida dele no assentamento que é o primeiro no Ceará que é o 25 de maio, então nós achamos muito simbólico pela a luta da reforma agrária, e essa escola leva o nome dele, isso alguns deputados quiseram barrar, nós dissermos um não, pois a escola é de autonomia camponesa, os camponeses vão definir desde o nome até o que vier a acontecer, 184 pelo assentamento no Ceará [sic].

Uma mesma visão, um mesmo foco, uma educação que é implantada desde a infância, o surgimentos das escolas agora nas palavras do (PR).

A escola surge com a necessidade de formação do sujeito, e nas populações camponesas essas necessidades se torna mais urgente porque historicamente a população camponesa ela foi deixada ao lado das políticas sociais, então não tinha escola do campo, agora quando o movimento conquista uma escola do assentamento, colocamos um viés diferente, pois na escolas urbanas desenvolve no sentido de organizar, os objetivos de formação dela, os conteúdos definidos uma grade curricular que não se não atende muitos aspectos apontada pelo movimento, as escolas formam para competições, para o mercado e não é isso que a gente quer, então a gente precisa repensar a escola, então nasce daí, da crítica na medida que você conhece a população camponesa ela tem um modo de vida específico e que a escola historicamente se constituiu ignorando ou retratando de modo inferiorizado então o movimento passa a reedificar , nos na formação, na cultura de vida. Então quando a gente propõe em repensar a escola nós pensamos que essa escola está inserida no movimento de contraposição a ao modo de organização social de produção capitalista, dizemos que a Educação do Campo se contrapõe a Educação capitalista. São em torno de 184 assentamentos organizado pelo MST no Estado do Ceará [sic].

Quais os princípios que perpassam o projeto político pedagógico da educação dos jovens do MST?

(J) O primeiro princípio é a educação camponesa, é uma educação que respeite a mulher e o homem do campo, com seus valores e com suas qualidades, outra é uma Escola ligada com a vida, a escola precisa ter essa ligação, os conteúdos precisam ter significados para a vida, o outro princípio nosso é uma Escola ligada com a luta, para a gente não tem sentido uma educação solta [sic].

Lindas e admiráveis falas, pois a escola realmente é lugar para a vida, para valorização, os alunos dentro das escolas de assentamentos têm vez e voz, eles entendem e falam a mesma linguagem, isso sim é um exemplo de escola que quer mudanças e que veio para mudar. Logo abaixo, seguem umas imagens da escola Patativa do Assaré, onde os próprios alunos zelam e cuidam da escola.



Figura 5 - Corredor da escola – Patativa do Assaré

A questão da solidariedade é um princípio importante, educar para aprender a viver junto com o outro, o trabalho coletivo, a compreensão crítica da realidade e a disposição para a luta, entendemos que nós só temos futuro se as futuras gerações forem educadas para se colocar no movimento de transformação social, então a luta e a crítica social são elementos importantes, essa relação de pertencimento da natureza, educar para o trabalho são alguns elementos que estão

bem presentes no projeto de educação”. Ainda sobre a pergunta acima citada, agora com a resposta do diretor da escola do (MST):

(D) São questões da vida que nos educa, são cinco, uma é a matriz da histórica, a luta social, pois é preciso organizar e preparar os alunos para a luta social, uma outra matriz é da organização coletiva, ou seja a sociedade capitalista ela é muito caracterizada pelo indivíduo, fortalece o individualismo que constroem uma hierarquia a gente aqui, todos os estudantes estão organizados em coletivos que a gente chama núcleo de base, são grupos de dez estudantes que cada um tem funções nas decisões, exemplo disso é o fardamento, temos sempre o protagonismo dos estudantes eles aqui tem vez e voz. A outra é da cultura, não existe ser humano sem cultura e essa cultura é estudada na escola e sobretudo a cultura camponesa e por último a matriz do trabalho, pois organizamos momentos de trabalho, não só na cultura, mais também no patrimônio e organização da escola [sic].

As escolas que estão sob a responsabilidade do MST têm projetos que envolva os educandos, comunidade e famílias? Quais são? Qual sua avaliação sobre a participação dos atores no processo? Você avalia que essas atividades contribuem de alguma forma para o combate a violência estrutural que a sociedade pós-moderna está inserida?

(J) O MST acredita que as escolas deve ter formação permanentes, um dos projetos é uma campanha e alimentação saudável direito de todo e ele está dentro do projeto político pedagógico, um projeto vai complementando o outro, termina um e já nasce outro, na agricultura, a gente trabalha esse assunto, e os educandos faz um vídeo com a comunidade, e depois vai trazer para a escola e onde vamos fazer um só documentário onde eles mesmo elaboraram junto com a gente, a grande intenção é, o que é trabalhado nas escolas os educandos não deixem lá, mais que eles possa levar para fora, para a comunidade [sic].

Uma mesma visão com um mesmo foco e objetivos:

(PR) Na verdade algumas ações acabam sendo mediadas por projetos muito mais pela necessidade de garantir recursos, mais o nosso trabalho com as escolas ele não se baseia em projetos específicos pra intervir nas escolas, o projeto que orienta nossa intervenção na escola é o projeto político pedagógico da escola, a nossa ação gira em torno de disputar a construção, a orientação político pedagógico do projeto escolar. Nós reconhecemos que todos os sujeitos que fazem parte do projeto político da escolas eles precisam participar da elaboração de direção e execução do projeto da escola, de modo que desde a participação dos educadores, das famílias, dos estudantes, até mesmo nos momentos dos educadores da semana pedagógica, todos eles além da presença de jovens e crianças, a presença das famílias da educação do assentamento, o MST é um

instrumento de organização desse sujeito, para construir se apropriar e dirigir a partir dos projetos políticos pedagógicos das escolas [sic].

Como vocês coordenam essas escolas nos assentamentos? Existe um número suficiente de educadores com a formação nas áreas específicas nos assentamentos?

(J) A coordenação é feita normal, segue o rito normal do Estado do Ceará, os diretores são as pessoas que estão no banco, porém para essas pessoas que estão no banco que elas conheçam a história do campo, os educadores também segue a norma do estado do Ceará, quando abre as escolas as pessoas são selecionadas e passa a trabalhar nessa escola [sic].

Qual a diferença entre as escolas do campo e as tradicionais das escolas do campo? Quais as principais atividades das escolas do campo?

(J) Penso que uma das diferenças é que a gente tá na escola do campo, a gente pensa o tempo todo a trabalhar a realidade, que a gente precisa ir ao contato da realidade e questionar essa realidade e que a conjuntura faz parte do pedagógico da escola, o projeto político pedagógico a cada dia precisa ser trazido para trabalharmos dentro da escola, a diferenças da escola do tradicional é que ela esta muito presa á secretaria da educação, é muito aquilo que está escrito, no campo o aluno tem valores camponeses, é o fieis da luta de classe é o que pauta as nossas escolas do campo, esses é uma das diferenças maiores. As atividades a gente tem, geralmente a gente faz jornadas culturais, fazemos jornadas socialistas e atividades que tenham sentido político para a comunidade escolar, então a gente realiza como as outras escolas, sejam as festas juninas, sejam o torneio de futebol, porém cada evento que a gente traz uma conotação política, a gente não se reúne somente para se reunir, a gente reúne para analisar a conjuntura, seja ela política, agrária ou convencional [sic].

Palavras sábias e desafiadoras que, no ponto de vista do PR, relatam como um despertar de uma escola modelo.

(PR) Do ponto de vista de identificação, no entanto o movimento que se tem histórico do debate educacional, é que essas escolas, todas as escolas que estão no campo, precisam ser repensadas a partir da especificidade e realidade do campo. A escola tradicional do campo ela não tem um currículo que foi historicamente construído a partir da referência da escola da cidade, a segunda é que a escola que está no campo, que é a escola que foi construída na cidade foi construída para educar os trabalhadores a escola pública é a escola de formação dos trabalhadores(as) a partir dos interesses dominantes, é uma escola que predomina nas escolas a logica de formação

para ser explorado no mercado de trabalho, para reprodução dos valores da competição, do consumismo do individualismo, então essas ideias estão predominantes das escolas da cidade. A grande diferença da escola tradicional do campo é que a escola chegou precária ela chega, é a mesma da cidade faltando um monte de coisa, e o que a gente afirma é que precisa transformar essa escola, no sentido da qualidade, nós queremos mais escolas mais também queremos uma escola que é diferente, ela é diferente em que sentido: em dois sentidos, por que ela reconhece o ponto de vista cultural, ela reconhece o sujeito do campo, o trabalho e ela precisa diferenciar da escola tradicional o projeto ético político, ela interessa muito mais as ações solidárias do que a de competições e de individualismo, que eduque para a transformação social. Queremos diferenciar porque não queremos uma escola capenga, queremos é uma escola com qualidade [sic].

(D) Sim, claro, por que a gente tem esse vínculo com o campo e o conhecimento é trabalhado como qualquer outra escola, o estudante aprende português, matemática, física, biologia, mais esses conhecimentos eles estão articulados com a realidade do campo ou seja a gente quer formar aqui pessoas conhecedoras das disciplinas mais não conhecimento pelo conhecimento, mais que sirva para transformar a realidade do campo, de onde eles vivem. Porque o padrão do conhecimento ele é muito urbano, então a realidade do campo acaba sendo sufocada, queremos ser referências para as escolas da cidade [sic].

Uma referência que podemos analisar de modelo escolar, o MST aborda e traz concepções e inovações para com os educandos, para que eles possam crescer com um caráter diferenciado e que prossigam em estabelecer a paz.

Qual o vínculo da Educação do Campo com a classe trabalhadora rural, suas organizações e suas lutas?

(J) Esse vínculo é o que nos motivou, a educação do campo está dentro da necessidade camponesa, e suas organizações são as federações, sindicatos rurais alguns movimentos da via camponesa estão junto para discutir e ajudar essa educação do campo, pois ela é construída a cada dia, e essa pedagogia ela é feita todos os dias pelos educandos e pelos trabalhadores pelas trabalhadoras rurais que estão dentro do campo camponês [sic].

(PR) O vínculo é de origem, o que a gente chama de educação do campo, não foi pensado na universidade, não nasceu de uma política pública, nasceu a partir das experimentações, elaborações e da luta dos trabalhadores, então a educação do campo ela nasce de diversas experiências de diferentes movimentos. É do campo, é dos trabalhadores, por isso que ela é de origem e se contrapõe a educação do agronegócio, o que nós chamamos de educação do campo não cabe ao agronegócio, por que seu vínculo de origem é da classe trabalhadora [sic].

O direito à educação do campo e à terra como território dos trabalhadores rurais vem sendo conquistado na luta social? Cite as principais conquistas dos últimos anos.

(J) Uma das principais conquistas foi a construção das setes escolas e as quatros em construção, essas escolas olhamos e nós nos enchemos de alegria de olhar e ver que foi da classe trabalhadora, ali tem o nosso suor, das BRs do INCRA, lá na SEDUC Cambeba, lá no palácio do governo, ali tem o suor da classe trabalhadora, o que a gente tem conquistado depois disso, é iniciativas que venham animar mais, ao encontro que a gente faz de formação com os educadores, pois todo mês de junho fazemos um encontro com os educadores, para avaliar e refazer o que estamos fazendo com o nosso trabalho [sic].

(PR) Com muita dificuldade, mais se for pensar de terra a gente avançou muito pouco, onde você ver uma pessoa de morando em um assentamento é conquista nossa, foi uma luta, uma vez conquistada a terra ai vem todo o esforço e conquista, de produzir, produzir sem veneno temos avançado nisso. No campo da educação, um exemplo é esse que até 2010 não existia escola de ensino médio no Estado do Ceará, hoje nós temos sete e tem mais cinco em construção, essas escolas todas tem um projeto específico com a ampliação da carga horária, com profissional específico, tudo isso foi conquistado pela luta, nós temos um projeto que o movimento dirige e é bancado pelo estado, como a semana pedagógica, encontro estadual dos educadores, então isso são conquista que podemos destacar do MST [sic].

O vínculo da educação escolar com a formação humana, formação política e de lideranças está presentes nos espaços escolares?

(J) Sim, isso para a gente é uma coisa tão importante, principalmente no ensino médio que trabalhamos com a juventude, então a gente acredita que a juventude faz acontecer agora, por que os nossos jovens eles venham ser protagonistas, e que eles assumam dentro da escola a autonomia estudantil, então pra isso existe os núcleos de bases onde garantem uma autonomia de liderança que a gente quer de militantes ou de pessoas coordenadoras ou responsáveis pelas tarefas que são mística, pela estrutura os educandos fazem as assembleias que são eles que decidem, tem nos turnos manhã, tarde e noite, nossas escolas precisam ser militantes da vida é isso que a gente quer que a juventude tenham esse brilho no olho para irradiar nesse projeto que a gente constrói todos os dias [sic].

Há violência entre os jovens assentados? Qual a sua atitude diante de um educando que tem um comportamento agressivo ou muitas das vezes não quer se submeter ao educador dentro dos assentamentos?

(J) A violência física esse ano ainda não ouve dentro da escola. E essa coisa do preconceito a escola passou por um programa para trabalhar a questão de gênero, então a escola tem isso como importância e como uma necessidade, trabalhar isso na nossa juventude para que eles possam perceber que há um outro mundo, que há coisas a se descobrir [sic].

(D) No geral a população do campo ela ainda preserva uma relação digamos mais companheira, que no campo urbano, na cidade há um grande índices de violência, elas perdem os valores. Aqui na escola do campo há respeito para com o próximo, os professores, a convivência com os estudantes nós trabalhamos também, trabalhamos os gêneros a etnia, a diversificada sexual etc. [sic].

Ao analisar as falas, podemos ver que um detalhe pedagógico importante é que a coletividade, à medida que ela está presente em todas as dimensões de atuação do Movimento, traz princípios de que nada se faz sozinho, e torna costume a prática de organização de se entregar de ajudar, um trabalho coletivo.

No decorrer da pesquisa, observando a estrutura da escola Patativa do Assaré, viu-se um novo mundo, uma nova dimensão do que se não vê das escolas da cidade: salas amplas, laboratórios bem pensados e bem estruturados para cada tipo de pesquisa, a quadra enorme e bem valorizada pelos alunos, cuidada, sendo que eles fazem da escola sua segunda casa, seus esforços para mantê-la limpa e preservada foi uma identificação muito legível naquele lugar, refeitório, biblioteca, espaço para o teatro, nada deixou de despertar também essa admiração.

Percebemos que a escola do campo traz um contexto escolar para os alunos, mas ao mesmo tempo para a vida, preparando seus alunos para a vida, para a luta social, para a democracia social; na escola também a equipe profissional e militantes trabalham por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa, isso é de grande importância em seus planos de ensino em suas matrizes curriculares, pois não existem tipos de preconceitos com o próximo, com as classes de educadores(as) ou educandos, funcionários, pois eles falam a mesma linguagem tem mesmo pensamento e lutam em uma só força e uma só estratégia.



Figura 6 - Laboratório de informática



Figura 7 - Laboratório de Química

Fazendo um paralelo das escolas de ensino médio, a EEFM. João Nogueira Jucá, vê-se que a estrutura é boa, o espaço para comportar os educandos também, sendo que não existe um respeito pela Escola, pelo ambiente no qual os educandos estão inseridos, os próprios alunos são os que sujam e pixam a escola, como a quadra de esportes, as portas e os corredores. Os laboratórios ficam a

desejar, tem três laboratórios em péssimas condições e o que está em uso é o de informática, isso quando tem educador; o refeitório muito pequeno para muitos alunos, isso também é um dos tipos de violência estrutural da parte do Governo para com os educandos e comunidade (Escola do Campo tem seis laboratórios, todos em uso e dignos dos alunos para desfrutar, o refeitório é bem amplo e com boas condições de uso e espaço).

A política é de um padrão que o governo estabelece, como estudar para crescer o capitalismo, para uma vida monótona, totalmente diferente do Campo, que estuda para a vida, para se obter um bom caráter; os educandos não têm interesses pelas atividades a não ser pelas recreações ou competições quando há na escola.

Observo que os padrões, as matrizes curriculares precisam ser modificadas ou mudadas, que ajude no fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e do país, as políticas de ensino da Cidade têm que abordar uma política que defenda uma pedagogia e que se preocupe com todas as dimensões da pessoa humana e que crie um ambiente educativo baseado na ação e na participação democrática, na dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história.

Educação do campo x educação urbana: um paralelo observado na pesquisa e entrevista não poderia deixar de expor as diferenças existentes entre os conceitos de educação urbana e de campo, ponto importante para o entendimento dos interesses dessas duas concepções de educação:

EDUCAÇÃO DO CAMPO	EDUCAÇÃO URBANA
Interesse do povo camponês e dos movimentos sociais do campo	Interesse capitalista dos empresários latifundiários do assistencialismo e do controle político
Valorização da terra	Desvalorização da terra
Matriz Curricular	Grade Curricular
Resistência e Liderança	Cultura da paz não adesão
Adequada ao modelo sustentável de agricultura familiar com base nos	Adequada aos modelos políticos de desenvolvimento econômico com base

interesses dos movimentos sociais do campo	nos interesses das classes dominantes
Coletiva	Individualidade
Qualificação permanente, pedagogia libertadora	Faculdade (projeto neoliberal), pedagogia tradicional e do “improviso”

Tabela 1 – Educação na cidade X Educação no campo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa teve com o tema uma análise comparativa entre Educação do campo X Educação urbana, despertada das políticas educacionais e dos Movimentos Sociais, em específico o MST, que luta, corre atrás de seus direitos como cidadão que luta pela terra, pela democracia social e por igualdade social. As mudanças da sociedade e das lutas de classe começam em nós, pois a luta por direitos iguais nos possibilita uma educação de qualidade e respeito com o social e cultural, uma Educação digna e que minimiza essa desigualdade social, seja ela no campo ou urbana, uma educação que trabalha os valores e caráter.

Falar do MST discutindo o lado educacional é, em todos os sentidos, falar de resistência; a grande diferença que eu percebo entre a escola do campo e da cidade é a resistência; dentro de uma análise de um movimento social, especificamente o MST, cuja participação e o envolvimento vêm para impactar uma autonomia, que a cogestão em uma perspectiva de democracia gera uma não restrição pelos direitos à educação e educação de qualidade, pois a vivência em sala de aula, no campo, traz a valorização do campo, da terra e todos os educadores que estão na escola se identificam com a história do campo, eles são os que fazem juntos a história acontecer.

Olhar para a história do MST, buscando enxergar nela o processo de formação dos sem-terra brasileiros, é olhar exatamente através da perspectiva histórica, entendendo o MST com um processo de produção de um novo sujeito social. Hoje podemos olhar para o movimento, buscando enxergar muitas outras coisas, mas é esse olhar que associa a formação ou fazer histórico de um sujeito social ou de uma coletividade humana, que permite construir os nexos que melhor explicam o sentido da experiência da educação do MST e de sua resistência.

Se todos tiverem um mesmo objetivo e sonhos, chegaremos ao lugar onde desejamos e pensamos, pois isso requer profissionais que saibam lutar pelos seus direitos e colocá-los em prática, só assim teremos uma educação de qualidade e liberdade. Isso depende de cada um de nós, de cada cidadão que vê a escola como um ponto de crescimento educacional, pois isso requer um processo social

que engloba também a sociedade, pois através do diálogo aliado à práxis efetiva é que poderemos amenizar o grau dessa precariedade que há nas escolas da cidade.

Em face do exposto, propõe-se no trilhar da investigação o aprofundamento das categorias acima mencionadas, à luz das quais o material coletado será analisado, a fim de responder quais as diferenças entre a educação do campo e a educação urbana.

Os pessimistas que desacreditam na capacidade que temos de resolver problemas criam leis, seguros contra essa diferença social e o assédio moral, porém, como pesquisadora, temos de ir além, porque nossa intervenção é de solucionar ou prevenir os conflitos do ser humano, as desigualdades sociais e, se não acreditarmos no seu potencial de mudança, devemos abandonar a profissão, porque acabamos de desacreditar em nós mesmos. Quem foi assediado na escola, quando adulto poderá ser outra vítima, dessa vez, no exercício do seu trabalho ou em qualquer outro lugar.

Como em qualquer outra área, educação também tem uma deficiência, e percebemos algumas falhas na sensibilidade de educadores, escolas e Secretarias de Educação, no sentido de priorizar mais a preparação dos seus colaboradores e educandos, e isso reflete no seio familiar, onde os pais e mães estão preocupados, porque o reflexo disso, dessa deficiência, em boa parte, saiu de dentro de casa, e hoje se reflete no seio da sociedade, que somos nós.

Se nós corrigirmos nosso padrão de comportamentos, as crianças, adolescentes e jovens irão moderá-los e, assim, estaremos contribuindo com nossa parte. Se o adulto não mudar, as gerações futuras ficarão comprometidas, formando-se um círculo vicioso, em vez de virtuoso. Se as políticas Educacionais não mudarem esses educandos, atingirão os futuros alunos que vão se ingressar em uma escola.

Para combater essa diferença nas escolas, é preciso conhecer e analisar as políticas de governo, seus interesses e, entre outros dados, organizar-se, para conseguir detê-la. Cabe ressaltar, entretanto, que o fenômeno da violência é muito mais amplo e complexo, e surge em formas variadas, e que seus mecanismos de

soluções envolvem toda a sociedade, sendo a escola um de seus multifacetados aspectos.

Observa-se, portanto, que a violência como expressão da questão social, na escola, é um problema cada vez mais presente no cotidiano, não só no bairro Sapiranga, como na cidade de Fortaleza. Por essa razão, é necessário que se ampliem as discussões sobre essa temática, a fim de se identificarem as causas do problema e, conseqüentemente, buscar as devidas soluções, tendo em vista resguardar a integridade física e mental de nossa(o)s crianças adolescentes e jovens. Dessa forma, contribuiremos para uma sociedade mais justa e saudável.

Acreditamos, ainda, que as contribuições oferecidas com esta pesquisa serão significativas não apenas para a sociedade, mas também para acrescentar, somar conhecimentos que venham a ser objetos de novas pesquisas, visando fortalecer o debate na busca da objetivação das políticas públicas de educação que, hoje, conta com o MST para uma política educacional que funciona, que traz resultados de suas garras, lutas e perseverança, e o Serviço Social como um dos sujeitos desse processo. Portanto, são feitas nossas considerações, não finais, mas temporárias, pois a nossa produção segue junto à dinâmica e o empoderamento dos saberes acerca da educação do campo, compreendendo que ela possibilita a liberdade e a emancipação num contexto contraditório à sociedade globalizada em que estamos inseridos.

Concluimos essa pesquisa pela visão e os fatos vistos, entendendo que as políticas públicas possuem falhas com as escolas, tanto Municipais como Estaduais, e que precisa haver uma reforma nessas políticas educacionais, uma valorização maior de ambos os departamentos e as atenções maiores a essas escolas, pois a violência começa daí, das políticas que não cumprem seus papéis de priorizar ou sustentar a escola. Onde estão as verbas? Onde estão os repasses para ampliar ou reformar essas escolas? Onde estão as políticas de Educação com projetos voltados para combater as discriminações, dos educandos, das famílias da comunidade?

Eis a questão, tudo começa pelos “poderosos” e acaba refletindo na comunidade, nas escolas das Cidades, e nós não merecemos que essa massa

podre, manipulada por meia dúzia de covardes que se escodem atrás de estrelinhas no peito, venham trazer roubo, a violência, o estupro, a morte, pois esses ratos precisam ser exterminados. Com essa pesquisa e ótica dos educadores, percebemos e paramos para analisar que não queremos esmolas, mas direitos e dignidade iguais para todos, queremos um Brasil melhor, um Brasil com escolas dignas para todos, com atendimentos das necessidades básicas dos estudantes, onde haja esperança, futuro para esses adolescentes e jovens de nosso Bairro, Cidade e Nação.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma geografia das políticas fundiárias no Estado do Ceará**. Fortaleza: UFC, Departamento de Ciências Sociais, 2005 (Tese de Doutorado).
- ALMEIDA, Rosimeire Aparecida. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção**. São Paulo: ed. UNESP, 2006.
- BRASIL, Movimento Sem Terra. (Org). **MST Movimento Sem Terra: terra**. Disponível em: <<http://mst.org.br/nossa-historia/70-82>>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- CHIAVENATO, Júlio Jose. **Violência no Campo: Violência**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. 356 p. (2)
- CAMARGO, Francielle de. **Movimentos Sociais e Luta de Classe**. 2002. Disponível em: <isapg.com.br/2012/ciepg/down.php?id=2780&q=1>. Acesso em: 27 nov. 2016.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. 440 p.
- DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando caminho: a resistência dos camponeses no Ceará em busca da sua libertação**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2009.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 160 p.
- FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- GHIRALDELLI, Paulo Junior. **Infância, educação e neoliberalismo**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 130 p. (2). Coleção Educação Contemporânea, 2005.
- GONCALVES, Wagner Rossi. **Capitalismo e educação**. 2. ed. São Paulo: Coleção Educação Universidade, 1990. 122 p. (2)
- GIL. A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. Ed. São Paulo. Atlas,2008.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEC, Portal (Org.). **Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** São Paulo: Brasil, 2008. 32 p. Disponível em: <portal.mec.gov.br/docman/agosto2013-pdf/13800>. Acesso em: 10 set. 2016.

MARTINS, Mônica Dias. **Os desafios da cooperação nos assentamentos de reforma agrária do Ceará.** Fortaleza: Editorial do Banco do Nordeste do Brasil S.A.1994.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. **Movimento dos trabalhadores rurais sem terra.** 2002. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=695:mst-movimento-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra>. Acesso em: 27 nov. 2016.

PROETTI, Sidney. **Metodologia do trabalho Científico.** 5.ed. São Paulo: Edicon, 1961. 957p.

PRADO, Danda. **Coleção Primeiros Passos: Primeiros Passos.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013. 50 p. (II)

ROLIM, Maria José Esmeraldo. **A Violência nas escolas: como prevenir e corrigir.** Recife: Libertas, 2009. 107 p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 1999.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico: Geografia e filosofia.** 4. ed. São Paulo: Unesp, 2004. 325 p.